

O Memórias Reveladas e o desmonte da política pública de abertura dos arquivos da ditadura militar: entrevista com Inez Stampa*

Carina Berta Moljo**

Carina Moljo: Querida Inez, antes de mais nada, em nome da revista Libertas, queria agradecer por nos conceder a entrevista. Você possui uma importante trajetória intelectual no âmbito do Serviço Social, na docência, na pesquisa, na extensão, ocupando espaços importantes de representação profissional, mas também fora do âmbito profissional, a exemplo da sua trajetória no Arquivo Nacional. A sua produção intelectual transita entre o estudo das lutas sociais de forma ampla e o estudo dos fundamentos do Serviço Social, especialmente direcionado às tendências da produção de conhecimento na cena contemporânea. Poderia nos falar sobre estes dois eixos?

Inez Stampa: Olá, Carina. Em primeiro lugar, obrigada pelo convite. É sempre um prazer falar com você e com as leitoras e os leitores da Libertas.

Para que possamos, efetivamente, compreender os fundamentos de Serviço Social, é necessário que façamos um investimento anterior na própria história brasileira. Essa é uma condição necessária para que possamos entender a chamada questão social, isto é, para que essa expressão não seja simplesmente um chavão manobrado de forma displicente, mas sim algo ancorado num entendimento histórico e social mais profundo da realidade brasileira.

Considero impossível falar sobre formação e fundamentos do Serviço Social sem falar

* Possui graduação em Ciências Sociais (1988) e em Serviço Social (1997) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestrado (2000) e doutorado (2007) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pós-doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014). É professora associada do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atuou na assessoria ao Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. Foi coordenadora de Programas Profissionais Serviço Social na CAPES - Colégio Humanidades (2018-2022). Membro do Comitê de Assessoramento Serviço Social do CNPq (2023-2026). Pesquisadora CNPq.

** Assistente Social formada pela UNR, Rosario, Argentina (1992), mestrado (1999), doutorado (2003) e pós-doutorado em Serviço Social (2005) pela PUC/SP; pós-doutorado em Serviço Social (2018) pela UFRJ. Professora titular da Faculdade de Serviço Social UFJF (graduação e pós-graduação). Pesquisadora CNPq.

das lutas políticas no país e, entre elas, as lutas travadas durante a ditadura civil-militar inaugurada em 1964. Por um lado, porque parte da categoria de assistentes sociais participou ativamente das lutas travadas durante a ditadura, como registram os documentos da vigilância e da repressão, como os acervos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e das diversas Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)¹. Além disso, assistentes sociais participaram fortemente da organização das greves do ABC paulista, bem como participaram de movimentos de resistência à ditadura, militando em organizações de contestação ao regime. Muitas foram “fichadas”, perseguidas, presas, torturadas e até mesmo exiladas.

Por outro lado, durante o período houve o chamado movimento de *Reconceituação do Serviço Social*. Esse movimento, que se espalhou por praticamente toda a América Latina, criticava as bases conservadoras do Serviço Social. Boa parte dos profissionais latino-americanos, Brasil incluso, questionou a tradicional atuação conservadora da profissão, propondo uma espécie de rompimento. Claro, essa é uma simplificação. O movimento não foi homogêneo e nem andou numa direção só. Mas sua importância é inegável. No Brasil, um marco desse processo de renovação foi o Congresso da Virada (1979), ainda durante a ditadura. A partir desse congresso, a profissão realmente deu uma virada à esquerda, como propõe o nome pelo qual ficou conhecido o evento, que demarca uma ruptura com o conservadorismo profissional ao assumirmos enquanto categoria a defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora. Alguns falam mesmo em “intenção de ruptura”, mas o fato é que o nosso projeto ético-político – ainda hegemônico, apesar de todas as investidas conservadoras – deve muito a esse processo.

De forma mais ampla, eu estudo sobretudo o movimento de organização dos trabalhadores, como sindicatos e suas articulações com movimentos sociais. No contexto específico da ditadura, meu interesse é na atuação do próprio serviço social, mas sempre buscando saber como essas trabalhadoras e trabalhadores resistiram.

Em relação à produção do conhecimento, considero que, em face da investida mais recente do conservadorismo, tanto no Brasil como no mundo, com o golpe de 2016 e outros eventos internacionais similares, é muito importante entender o que o serviço social está produzindo e, também, como está produzindo, isto é, conhecer as tendências atuais da produção

¹ O que chamo de DOPS são as unidades de polícia política de cada estado, responsável pela repressão, por exemplo, a comunistas, anarquistas, sindicatos e movimentos sociais. Isto vem desde a Primeira República. Estavam estruturadas a partir de delegacias, divisões ou departamentos da polícia civil de cada estado da federação. A função do órgão era lidar com problemas de ordem política e de ordem social. Havia muitas dificuldades para quem fosse fichado no DOPS. O candidato a um emprego, por exemplo, em um período da ditadura militar, precisava apresentar um "Atestado de Antecedentes Políticos e Sociais", mais conhecido como "atestado Ideológico", que era fornecido pelas DOPS, mas somente a quem não tinha ficha no órgão.

do conhecimento no serviço social sem perder de vista a centralidade do trabalho e das lutas políticas anticapitalistas. Isso não é afastar a riqueza que outras mediações podem trazer para a produção de conhecimento, como as questões de gênero, a questão ambiental, a questão racial e outras. Essas pautas são históricas da esquerda, e não se deve entregá-las ao liberalismo fajuto de grandes conglomerados empresariais e seus apetrechos ideológicos, sejam esses privados ou incrustados na administração pública.

O serviço social brasileiro vem construindo uma produção de conhecimento que faz uma crítica radical à ordem burguesa, na maioria das vezes, e a seus rebatimentos nas manifestações da questão social. Existe aí uma articulação dialética entre a desigualdade de classe, as opressões de gêneros, de orientação sexual, de raça, de geração, ciclos de vida, dentre outras contradições do modelo de sociabilidade vigente. É, portanto, uma área de conhecimento da maior importância para a sociedade brasileira, pois procura compreender e explicar a natureza dos problemas nacionais e latino-americanos em relação às contradições entre estado, sociedade e mercado na ordem do capitalismo através de conhecimento crítico, articulado ao trabalho profissional e às respostas a essas contradições.

Carina Moljo: Neste ano “des-comemoramos” os 60 anos do golpe civil-militar no Brasil. Você coordenou o projeto “Memórias Reveladas”, que justamente busca conhecer e lembrar o nosso passado recente. Poderia nos falar sobre o projeto? Como surgiu? A sua consolidação e relevância, mas também o desmonte que vem sofrendo nos últimos anos?

Inez Stampa: O Memórias Reveladas, oficialmente Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, é resultado direto da pressão exercida por movimentos sociais, por organizações de trabalhadores e trabalhadoras, e por militantes de direitos humanos no sentido de se buscar o que popularmente ficou conhecido como a “abertura dos arquivos da ditadura”.

Gestado a partir de 2005, mas oficialmente instituído pelo governo federal em 2009, o Memórias Reveladas faz parte dos chamados “mecanismos de Justiça de Transição”, e teve um papel muito importante, por exemplo, em relação à Lei de Acesso a Informações (Lei 12.527/2011), à Comissão Nacional da Verdade e à Comissão de Anistia. É uma política pública desenvolvida no âmbito da área de arquivos do país, e tem, dentre outras funções, o objetivo principal de articular, em uma rede de cooperação e informações arquivísticas, instituições que custodiam acervos sobre o período da ditadura militar iniciada em 1964, permitindo que documentos do período sejam preservados, digitalizados e colocados à disposição da sociedade brasileira, incluindo vítimas e familiares de vítimas de graves violações de direitos humanos,

pesquisadores, estudantes, além de promover e estimular debates, estudos e produção de conhecimento sobre a temática.

No total, foram recolhidos, preservados e abertos para consulta pública mais de 13 milhões de páginas de documentos textuais do período da ditadura, além de fotografias, vídeos e documentos sonoros. Essa documentação está acessível pela Internet, no endereço www.memoriasreveladas.gov.br.

Desde 2016 o Memórias Reveladas começou a enfrentar problemas cada vez mais graves. No período bolsonarista, a pressão contra os servidores que atuavam no Memórias Reveladas foi notável, mas, pelo menos, conseguimos preservar algumas das funções técnicas do centro de referência.

A partir de 2023, contudo, o que foi recolhido de documentação dá pouco mais do que um punhado de documentos, e mesmo assim só depois de muita crítica interna e externa. Isso é particularmente grave porque continuam desaparecidos os acervos dos órgãos de inteligência das Forças Armadas, como o CISA (Aeronáutica), o CIE (Exército) e o Cenimar (Marinha), órgãos responsáveis, cabe destacar, pela grande maioria das graves violações de direitos humanos perpetradas por motivos políticos durante a ditadura.

Além disso, todos os projetos apresentados pela equipe do Memórias Reveladas foram rejeitados ou ficaram sem resposta por parte da atual administração do órgão. Não dá nem para dizer que essa paralisação é resultado da suposta determinação recente de não rememorar o golpe de 1964, porque tudo está parado desde 2023. Tem quem ponha na conta do Lula tudo de errado nessa área, mas isso me parece que é mais uma estratégia para ocultar interesses paroquiais e manter a imagem de “crítico”.

Dentre os projetos paralisados, também se encontrava a proposta de retomada da digitalização dos acervos das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS).

Em notas oficiais e através de manifestos chapa-branca, a direção-geral do Arquivo Nacional e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), que subordina o Arquivo Nacional, vem afirmando que a responsabilidade pela preservação e digitalização dos acervos DOPS é exclusivamente dos estados da federação. Não sei quem anda compondo essas notas, mas esse é o mesmo argumento deturpado que era utilizado pelos gestores bolsonaristas.

Na verdade, o Memórias Reveladas foi criado exatamente para integrar acervos de diferentes procedências e proveniências, como a documentação estadual e a documentação federal que, em conjunto, foram consideradas Patrimônio Mundial da Humanidade pelo Programa Memória do Mundo (*Memory of the World*), da Unesco. Quem elaborou a candidatura foi o próprio Arquivo Nacional durante a gestão do professor Jaime Antunes da Silva, e sua

apresentação à ONU coube ao governo federal, que, voluntariamente, assumiu obrigações de natureza internacional em relação a essa documentação.

O Memórias Reveladas precisa voltar a ser compreendido como um programa estratégico no âmbito da área de arquivos do país. Mas, para tanto, será também preciso recuperar as funções técnicas do Arquivo Nacional, duramente atingidas durante o período bolsonarista e ainda não recuperadas pelo terceiro governo Lula.

O desmonte, curiosamente, veio acompanhado de homenagens e propostas de homenagem pessoal a mim. A expectativa é que eu fizesse “política” e entrasse no jogo, mas eu preferi me aposentar do que emprestar meu nome para o que considero ser o desmonte do Memórias Reveladas. A gente perde algumas coisas certamente mais importantes do que homenagens oficiais, mas, como se diz, não perde o sono.

Carina Moljo: Recentemente foi publicado pelo Intercept² uma entrevista sua, na qual denunciava o abandono atual do Arquivo Nacional e do Projeto Memórias Reveladas. O artigo mostra a importância do projeto que reúne uma rede de mais de 160 arquivos, que possibilitaram a Comissão Nacional da Verdade, resolverem, por exemplo, o caso do deputado federal Rubens Paiva, do PTB, desaparecido e assassinado em 1971 por agentes da repressão política. Como foi coordenar um projeto de tamanha magnitude e de tamanha importância política e histórica?

Inez Stampa: A palavra responsabilidade talvez não seja adequada ou suficiente para descrever, mas, enfim, foi uma enorme responsabilidade. Sem me alongar muito, há uma dimensão institucional superior, relacionada à promoção da democracia e de luta pela não repetição dessas violações – realidade tão dura, ainda, para os nossos trabalhadores e trabalhadoras das periferias, favelas e campo; bem como uma dimensão pessoal, que me emociona muito, relacionada a tantos e tantas militantes aguerridos/as e a seus familiares, alguns dos quais pude conhecer nessa trajetória de mais de quinze anos à frente do Memórias Reveladas. Uma terceira dimensão está, ainda, relacionada à promoção de boas práticas na área de arquivos, de integração de instituições na tentativa de construir uma ação da política nacional de arquivos. Tudo isso num contexto de limitações orçamentárias, políticas e administrativas. Muitas vezes de conflito aberto, outras de ações estratégicas mais reservadas, mas sempre de luta e inconformismo. O que eu posso dizer é que, até 2023, o Memórias Reveladas nunca foi faz-de-conta.

² <https://www.intercept.com.br/2024/05/27/o-desmonte-me-adoeceu-chefe-de-projeto-da-ditadura-no-arquivo-nacional-se-aposenta-e-denuncia-abandono/>

Carina Moljo: Em 2019 você teve a sua vida funcional investigada mediante um PAD (processo administrativo disciplinar), indicado pelo então ministro de Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, numa nítida perseguição política. Queríamos nos solidarizar com você e com os outros funcionários que foram perseguidos. Como você analisa este tipo de comportamento num governo eleito pelo voto popular? Quais as diferenças e semelhanças com o que aconteceu entre 1964- 1985?

Inez Stampa: Obrigada. Acho que precisamos fazer dois movimentos. O primeiro, de reconhecer que são tempos diferentes, com dinâmicas e desafios diferentes, o que nos sugere que precisamos ter algum cuidado com as comparações. Por mais dura que tenha sido a pressão contra mim e outros servidores do Arquivo Nacional e do Memórias Reveladas, nós nunca nos sentimos em risco físico, e isso faz um mundo de diferença. Por outro lado, a permanência de pressões políticas em plena República democrática também não pode ser subestimada, primeiro pelo potencial que tem de causar danos a suas vítimas, pois nem toda dor é física, e, em segundo lugar, porque esse fato não parece ter sido isolado, mas sim replicado na administração pública – veja-se, por exemplo, o que ocorreu na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que, assim como o Memórias Reveladas e o Arquivo Nacional, também se encontrava, à época, vinculado ao Ministério da Justiça durante a gestão Moro. Esses fatos devem nos alertar a respeito das limitações democráticas do tempo presente. Octavio Ianni escreveu, no início dos anos 1980, um livro sobre a ditadura, que ele qualificou de “ditadura do grande capital”. Vivemos hoje uma democracia, mas são muitas as limitações de uma “democracia do grande capital” que, apesar de não ser a mesma coisa, tem mais em comum com a ditadura de 1964 do que nos seria confortável, talvez, reconhecer.

Carina Moljo: Você considera que no Brasil existe uma preocupação pela recuperação da memória histórica? Como avalia o momento atual?

Inez Stampa: Talvez nada ilustre melhor o quadro preocupante que a memória nacional enfrenta do que o incêndio que destruiu, em 2018, o Museu Nacional. Num país acostumado com desastres em sucessão, quase sempre resultantes de ausência ou de deficiência na implementação de políticas públicas, esse foi um golpe duro de aceitar em virtude da irreversibilidade e da magnitude do prejuízo que experimentamos.

A área de arquivos, por seu turno, tem um grave problema de visibilidade. Ela é bem menos conhecida e bem compreendida do que, por exemplo, a área de museus.

O resultado é que, ainda que ela também tenha sofrido graves prejuízos nos últimos anos, esses prejuízos se tornam menos evidentes para a sociedade. O Arquivo Nacional,

principal instituição arquivística brasileira, sofreu um princípio de incêndio em 2022, felizmente rapidamente controlado. Mas o órgão também perdeu orçamento, competências e autonomia, no que parece claramente ser um movimento em direção à privatização efetiva de parte de seus serviços – ainda que sob o manto de benignos “repasses à sociedade civil” e com discurso “modernizante” e “inclusivo”. Essas perdas, reforçadas no governo Bolsonaro, mas ainda em curso, envolvem prejuízos não somente para a memória nacional de forma mais ampla, mas, igualmente, para a gestão de arquivos de forma mais específica. Os arquivos são instituições complexas, e essa complexidade, infelizmente, nem sempre é bem traduzida pela própria área para o debate público.

Carina Moljo: Ainda existem poucos centros de Documentação e Memória no âmbito do Serviço Social. Quais as estratégias possíveis para construir acervos históricos no âmbito das Universidades? Qual o papel das nossas entidades (ABEPSS/CFESS/ENESSO) neste processo?

Inez Stampa: Eu acredito que essa é uma questão extremamente relevante, pelo potencial positivo que podem trazer para a autorreflexão da área de serviço social. Mas é bom lembrar que a criação de arquivos e centros de documentação deve ser pautada em normas técnicas e em boas práticas consagradas. É preciso investimento e compromisso, mas o saber fazer é igualmente essencial. Se associarmos conhecimento técnico e saber fazer com as modernas tecnologias da informação e comunicação (TICs), teremos arquivos e centros de documentação mais baratos e eficientes em nossa área, projetos mais factíveis e duradouros. Para tanto, um dos melhores caminhos que eu conheço, com a experiência que tive no Arquivo Nacional, é o trabalho em rede, que articula e conjuga esforços e recursos. Acredito que as nossas entidades podem ser o lugar perfeito para pautar e lutar pela constituição desses centros de documentação. Precisamos, de fato, levar essa discussão para esses espaços e lutar para que também no serviço social a memória seja valorizada e preservada.

Carina Moljo: Gostaria de deixar uma mensagem, sobretudo, para as novas gerações de assistentes sociais e de cidadãos?

Inez Stampa: Tudo indica que essa será uma quadra histórica de grandes desafios. Retrato disso não é somente a ascensão da ultradireita em todo o mundo, mas, igualmente, o crescimento de segmentos oportunistas em funções de mando no campo dito progressista.

Nada disso deve nos levar ao desespero ou à inação, pois, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora dá sinais evidentes de vitalidade: de ser a classe que, de fato, tem o sol a frente,

cujos grandes feitos estão no tempo futuro e não no pretérito.

Nesse contexto complexo – pois somente nas retrospectivas ligeiras o processo histórico não tem contradições – é importante lembrar que há, na conjuntura recente no Brasil, a desqualificação da produção do conhecimento voltado para a defesa dos direitos do trabalho, de negação da centralidade do trabalho, por exemplo. Esse ataque advém de setores que atuam fortemente na defesa do capital, e em estreita colaboração e articulação com as classes hegemônicas, independente da roupagem conservadora ou progressista de que se utilizam. O discurso é diferente, mas esses grupos têm em comum interesses políticos, econômicos e sociais pautados em abjeta apologia do capital e do imperialismo, conduzindo a formas similares de negacionismo e de irracionalismo nas formas de interpretação da realidade.

Esses processos podem parecer novos no discurso, mas são, na verdade, antigos, uma vez que são funcionais à defesa da ordem burguesa e das frações parasitárias do capital em um quadro societário global de grave crise econômica e política, e que em boa medida foram aprofundadas com a crise sanitária da Covid-19, ainda não superada em sua totalidade.

Nesses tempos tão duros que a gente está vivendo, obviamente que são muitos desafios e que eles não podem ser tomados como missão exclusiva do serviço social, mas sim devem ser articulados com um projeto societário mais amplo que lute pela emancipação humana na construção de uma sociedade sem exploração de qualquer ordem de dominação, seja de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual e tantas outras; que da crise surjam o mundo novo de que nos falou Gramsci³ e o homem do futuro, de que nos falou Brecht⁴: que possam, finalmente, nascer, que possamos construir ou reconstruir um país melhor e uma política autêntica, fruto de mudanças profundas e estruturais em nossa sociedade, e que atravessemos esse período de grandes atribulações e profundas incertezas, pois tudo parece apontar que vivemos uma época de transição, em que as tendências antigas vão desaparecendo enquanto a gente espera pelas novas que estão ainda se formando.

Cumpre, ao mesmo tempo, lutar contra os “monstros”; o futuro está em aberto. Haverá, certamente, outras batalhas, haverá provavelmente outras derrotas sofridas, mas, com base nas lições aprendidas, teremos, também, resistências e outras vitórias – tenho muita esperança e, com toda a franqueza, estou certa disso. Estamos no jogo, resistindo, e as contradições estão presentes e atuando; são elas que determinam o futuro.

³ Citação de Antonio Gramsci em *Cadernos do Cárcere*: “O velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros”.

⁴ O poema de Brecht “Aos que vierem depois de nós”, escrito às vésperas da Segunda Guerra Mundial, é dirigido a leitores futuros que, tendo nascido num mundo diferente, não conseguirão compreender o que foi vivido naquele tempo de crise. Naquele tempo, tão distante e tão próximo, quando “havia só injustiça e nenhuma indignação”.